

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE CARTAS RÉGIAS DO GOVERNO DE MORGADO DE MATEUS

Renata Ferreira MUNHOZ¹

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar edições semidiplomáticas de documentos diplomáticos manuscritos, selecionados no Arquivo do Estado de São Paulo, redigidos durante o governo de Dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, na capitania de São Paulo no século XVIII (1765 a 1775).

As transcrições, no intuito de reconstruir os documentos manuscritos como formas verídicas de conhecimento histórico e lingüístico de dada época, empregam as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos”, propostas durante o 2º Seminário “Para a História do Português do Brasil”, realizado em Campos do Jordão, em maio de 1998.

Os fôlios manuscritos em análise, remetidos de Portugal ao Brasil, encontram-se bastante conservados, redigidos em material resistente, papel pardo grosso e amarelado, com caligrafia legível de mãos bastante hábeis. Apesar da impossibilidade de se distinguir uma ortografia nacional em Portugal nesta época, devido às peculiaridades de cada indivíduo, é possível reconhecer no *corpus* aspectos cruciais da cultura e, sobretudo, tendências de uniformidade da língua.

Desta forma, a importância filológica da edição semidiplomática deste *corpus* concentra-se em produzir fontes confiáveis para o aprofundamento de conhecimentos lingüísticos e históricos.

PALAVRAS-CHAVE

Filologia; Edição Semidiplomática; Morgado de Mateus.

Introdução

Tendo como base a assertiva “As línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo.” (FARACO, 1991: 9), torna-se de grande valia a tarefa da Filologia, que visa à preservação de manuscritos originais ou em cópias por meio de sua edição filologicamente cuidada. Os manuscritos, tidos por Silva (1989: 41) como fiéis

¹ USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Letras Clássicas e Vernáculas – Filologia Portuguesa. / Endereço: Rua Paissandu, 96. Vila Helena. CEP: 09195-640 - Santo André – SP. Brasil. E-mail: renatamunhoz2000@yahoo.com.br

“informantes” para a depreensão de dados lingüísticos e culturais, servem de base a estudos mais detalhados acerca da transformação da Língua Portuguesa do Brasil.

No propósito de possibilitar o acesso às formas de uso da língua no registro escrito, este trabalho apresenta duas transcrições semidiplomáticas como modelo dos 66 documentos manuscritos editados, referentes ao governo de São Paulo na segunda metade do século XVIII.

Documentos que compõem o *corpus*

O Arquivo do Estado de São Paulo, de acordo com Bellotto (2002: 7), tem sob a sua tutela um rico acervo e um grupo técnico capacitado para o desenvolvimento de suas atividades, o que lhe permite assumir o papel de relevo que lhe cabe historicamente na administração pública e entre os seus congêneres. Neste Arquivo estão catalogados mais de 3000 metros lineares de documentos produzidos ou acumulados pelo poder executivo de São Paulo desde o século XVI até 1980. A origem da acumulação do arquivo remonta ao ano de 1721, quando o Secretário de Governo Gervásio Leite Rabelo deu início ao inventário dos documentos de ordenança, para auxiliar o recém nomeado Capitão General Rodrigo César de Meneses na administração da Capitania de São Paulo. Hoje o arquivo conta com 10.000 latas ou caixas de documentos com cerca de 12000 volumes de documentos encadernados. Em uma dessas latas, cuja referência é 420, intitulada “Avisos e Cartas Régias”, há o livro 170, do qual foram fac-similados 189 fólios manuscritos que representam o *corpus* total deste projeto de Mestrado.



1: Lata 420.



2: Livro Manuscrito
170 fechado.



3: Livro Manuscrito
170 aberto.

Os fólhos manuscritos encontram-se bastante conservados. Foram redigidos em material resistente, papel pardo grosso e amarelado, com caligrafia legível de mão bastante hábil. Tem escrita cursiva, que, de acordo com ACIOLI (1994: 13), apresenta letras corridas, traçadas de um só lance e sem descanso da mão, com palavras conectadas entre si por nexos ou ligações. Há, portanto, dificuldade em reconhecerem-se as fronteiras de palavras. Em documentos brasileiros, percebe-se que a formação caligráfica dos colonos e colonizadores é a mesma, sendo mais generalizado o uso da cursiva para a redação de documentos, sem traçado de linhas. (Ibid.: 55)



4: Exemplo de documento manuscrito

Contexto histórico

Uma vez que este trabalho trata de documentos referentes ao governo português no Brasil colonial no período de 1765 a 1775, torna-se fundamental situar historicamente tais anos. Para tanto cabe retomar Salgado (1985: 45), com o fato de que, na segunda metade do século XVIII, a economia portuguesa apresentava quadro de decadência desde 1762, com a crise do ouro brasileiro. À frente de um império grande demais para se sustentar, com um território metropolitano culturalmente “viciado” pelo

jesuitismo, carente demográfica e economicamente, havia necessidade de se resolver a crise com o reforço do fisco, com reformas de toda ordem e com o aumento do poder central. Assim, durante o reinado de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (também conhecido como Conde de Oeiras), assumiu a administração colonial portuguesa em busca de fortalecer a estrutura militar e econômica colonial. Em território português, primava pelo crescimento da indústria, contra a mentalidade impregnada de jesuitismo, contra o domínio inglês no comércio externo e contra o abandono da terra. Na colônia, lutava contra o desleixo do fisco, contra o contrabando e pelo incentivo à agricultura.

Conseqüentemente, São Paulo foi alvo de mudanças, em razão de sua posição estratégica: era próxima às colônias da Espanha e servia de barreira à penetração de estrangeiros na região das minas. Tais mudanças iniciaram-se com a expulsão dos jesuítas, obrigados a desocuparem o colégio que fundaram na cidade. E, em 1765, a Capitania de São Paulo, que desde 1748 era subordinada à Capitania do RJ, teve restaurada sua autonomia com a nomeação para governador do nobre português Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, Fidalgo da Casa Real e militar de carreira. Pelo Decreto de 5 de janeiro de 1765, ele foi nomeado, aos 43 anos, para governar a Capitania de São Paulo. Para a melhor compreensão dos fatos apresentados nos documentos, urge lembrar que, segundo Bellotto (1979: 15) menciona, São Paulo sobrevivia a um enfraquecimento demográfico, econômico e político, resultante, em grande parte, da perda das zonas mineiras. Para colocar a Capitania em condições de assumir o papel de participação efetiva no combate ao espanhol, no governo de Morgado de Mateus houve a militarização, a exploração territorial e o fomento patente na política econômica e na urbanização.

Durante os dez anos do governo de Morgado de Mateus (1765 a 1775), Portugal mantinha o Brasil Colônia sob a ordem jurídico-institucional absolutista, governo no qual, de acordo com Salgado (1985:15), o monarca não se sujeita a qualquer tipo de limitação, dele demandando todo o poder, inclusive o de promulgar o ordenamento jurídico que submete o corpo social, mas não a autoridade régia. Nessa estrutura de dominação prevalece, assim, uma soberania calcada na vontade suprema do rei, que anula os direitos individuais em troca da garantia de segurança e de ordem aos seus súditos. Tal delegação régia de poderes manifesta-se, por excelência, no âmbito da ordem administrativa: às várias funções inerentes ao controle do Estado impõe-se uma extensa distribuição de competências a um vasto corpo de funcionários, encarregados imediatos da supervisão de inúmeras áreas administrativas. Assim, as diversas funções do Estado, tais como segurança, defesa, ordem e gestão dos seus interesses financeiros, estão submetidas à gerência do monarca absoluto e por ele transmitidas a seus agentes, configuravam diversas áreas em que se subdividia a administração. Esta recrutava os funcionários administrativos com base nos padrões da lealdade e da confiança, apesar de em alguns setores, como o judicial, passarem além desses valores um conhecimento específico indispensável à aplicação da lei.

Segundo Bellotto (1979: 18), o núcleo fundamental da correspondência ativa e passiva de Dom Luís Antonio de Souza acha-se no Arquivo do Estado de São Paulo e está publicada em “Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo”. Neste Arquivo há códices ainda não publicados relativos a “Avisos e Cartas Régias” e a “Provisões Régias”. Entenda-se por “correspondência” de um administrador colonial com seus superiores e com seus subordinados a forma como se processa o receber e dar ordens. Era em forma de correspondência que lhe chegavam a legislação e as

disposições da Coroa; da mesma forma que fazia chegar a voz da Metrópole e a sua própria aos seus lugares-tenentes e aos órgãos de administração local.

Transcrição Semidiplomática

A transcrição semidiplomática, também conhecida por diplomático-interpretativa, de acordo com Spina (1977: 79), “[...] vai mais longe na interpretação do texto original, pois já representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas [...] e às vezes até com pontuação.” Sendo esse tipo de transcrição a primeira fase para o estudo filológico dos documentos, foram empregadas para tanto as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos”, propostas durante o 2º Seminário “Para a História do Português do Brasil”, realizado em Campos do Jordão, em maio de 1998. (CAMBRAIA: 2001). Reproduzem-se a seguir:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo os seguintes critérios:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.to” a ser transcrita “munto”;
 - b) No caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.s” a ser transcrita “Deus”.

3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “epor ser”; “aellas”; “daPiedade”; “ominino”; “dosertaõ”; “mostrandoselhe”; “achandose”; “sesegue”.
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Osdias passaõ eninguem comparece”.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “aRepublica”; “docomercio”; “edemarcando tambem lugar”; “Rey D. Jose”; “oRio Pirahý”; “oexercicio”; “*que* hé *munto* conveniente”.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: “nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga”; “nota 2. deligoncia por deligencia”; “nota 3. adverdindo por advertindo”.
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < > na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa depedro nolargo damatriz>.
9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: “todos ninguem dospresentes assignarom”; “sahiram sahiram aspresas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: “fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdirecãõ opaço”.

10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento informando-se a localização.
11. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “naõ deixe passar neste [registro] de Areas”.
12. Letras ou palavra não legível por deteriorização justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
13. Trecho de maior extensão não legível por deteriorização receberá a indicação [corroídas + 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas². A mudança de fólio receberá a marcação com respectivo número na seqüência de suas barras verticais: || 1v. || 2r. || 2v. ||.
15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
16. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

² Este critério foi alterado para a transcrição justalinear, a fim de facilitar a leitura da edição quando comparada ao fac-símile do manuscrito.

As duas cartas, apresentadas em fac-símiles e transcritas, semidiplomaticamente segundo os critérios acima apresentados, a seguir, fazem parte do *corpus* dos 66 documentos retirados do livro manuscrito de número 170 anteriormente apresentado, guardado na lata de referência 420, intitulada “Avisos e Cartas Régias”, disponível no Arquivo do Estado de São Paulo.

Os verbetes abaixo apresentam o assunto de que tratam as duas cartas transcritas.

Carta 1: Carta do rei que promove Joseph Manoel da Nóbrega Botelho para o posto de Sargento Mor de Infantaria da Legião de Paulistas, Sertanejos e Caçadores que estava sendo criada na Capitania de São Paulo.

Carta 2: Informe sobre o nascimento da Infanta, filha da princesa do Brasil. Enviada pelo Rei.

13

Dom Luis Antonio de Souza Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Amigo. O REY vos inuito muito saudar. Attendendo aos serviços que Manoel Joseph da Nobrega Botelho fez no Porto de Capitão do extinto Regimento dos Voluntarios Reaes: Heuy por bem nomeallo Sargento Mor de Infantaria da Legião de Paulistas, Sertanejos, e Cacadores, que Mando levantar nessa Capitania de São Paulo: E vos ordeno, que lhe mandeis sentar praca, dar posse e pagar os Soldos correspondentes ao referido Porto, sem embargo de que não a presente a Patente na forma Ordinaria. O que tudo executareis não obstantes quaes quer Leys, Regimentos, ou Disposições, que sejam em contrario. Escripita no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em dez de Setembro, de mil setecentos Setenta e quatro. ?

Rey:.

Para Dom Luis Antonio
de Souza.

Dom Luis Antonio de Souza Gover³
nador eCapitaõ General daCapitania deSaõ
Paulo, [espaço] Amigo. [espaço] EU ELREY vos invio
muito saudar. [espaço] Attendendo aos serviços
que Manoel Joseph da Nobrega Botelho fez
no Posto de Capitaõ do extincto Regimento dos
Voluntarios Reaes: [espaço] Hey porbem nomeallo
Sargento Mor de Infantaria da Legiaõ de Pau=
listas, Sertanejos, e Caçadores, que Mando levan=
tar nessa Capitania de Saõ Paulo: [espaço] E vos
Ordeno, que lhe mandeis sentar praça, dar pos=
se, e pagar os Soldos correspondentes ao referido
Posto, sem embargo de que não apresente aPa=
tente naforma Ordinaria. [espaço] O que tudo exe=
cutareis não obstantes quaes quer Leys, Regi=
mentos, ou Disposiçoẽs, que sejam em contrario.
Escripta no Palacio de Nossa Senhora da
Ajuda em dez deSetembro, demil setecentos
settenta equatro.

Rey

Para Dom Luis Antonio
deSouza.

³ No canto superior direito, há o número "13".

Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mouraó, Governador, e Capitão General da Capitania de São Paulo. Amigo Eu o REY vos inuiso muito saudar como aquelle que amo. Foy Deus Nosso Senhor servido abençoar estes Reinos, dando-lhes huma Infanta, que Nasceu no dia de hoje com bom Successo da Princeza do Brazil, Minha sobre todas muito amada, e Prezada Filha: Cme pareceo participar vos a fusta noticia deste plauzivel Nascimento; porque sera de muita alegria para os Meus Vassallos, e para que o festejais com todas aquellas demonstrações de aplauso, e de contentamento, que são do costume em occasiões semelhantes: Tendo por muito certo, que assim o executareis, como de vos espero. Escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a quinze de Dezembro de mil, settecentos, sessenta e oito.

Rey.

Para Dom Luiz Antonio
de Souza Botelho Mouraó
2.^a via

DomLuiz Antonio deSouza Botelho Mou=⁴
raõ Governador, e Capitaõ General daCapitania de
São Paulo. Amigo EuELRey vos invio muito sau=
dar como aquelle que amo. Foy Deus Nosso Senhor
servido abençoar estes Reinos, dando-lhes huma In=
fanta, que Nasceo no dia de hoje com bom Sucesso da
Princeza do Brazil, Minha sobre todas muito ama=
da, ePrezada Filha: Eme pareceo participar-vos afaus=
ta noticia deste plauzivel Nascimento; porque serà de
muita alegria para os Meus Vassallos; epara que ofeste=
jeis com todas aquellas demonstraçoẽs de aplauzo, e decon=
tentamento, quesaõ do costume em occazioẽs semelhan
tes: Tendo por muito certo, que assim o executareis, como
de vòs espero. Escripta no Palacio deNossaSenhora
daAjuda a quinze de Dezembro demil, settecentos, ses
senta e oito.

Rey

ParaDom Luiz Antonio
deSouzaBotelho Mouraõ
*SegundaVia*⁵

⁴ No canto superior direito do fólio, há o número "54".

⁵ Essas últimas três linhas encontram-se no canto inferior esquerdo do fólio.

Análise Diplomática

As cartas apresentadas podem ser consideradas “documentos diplomáticos” por sua natureza jurídica, que reflete no ato escrito as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujos elementos semânticos são submetidos a fórmulas preestabelecidas. O discurso diplomático é aplicado a um quadro redacional no qual se insere o ato escrito, por isso o documento diplomático é o testemunho escrito de um ato de natureza jurídica, redigido em observância a fórmulas estabelecidas que se destinam a dar-lhe fé e força de prova (NUÑEZ CONTRERAS 1981, Apud BELLOTTO 2002) Trata-se da análise de Cartas Régias, ou seja, cartas de um rei, redigidas por ele próprio ou por um subalterno, dirigidas às autoridades a ele subordinadas; cujo conteúdo continha, muitas vezes, determinações gerais e permanentes.

Segundo Bellotto (2002), a Diplomática ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial, ou seja, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras, são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. Tornam-se esses documentos, por isso, revestidos de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito. Assim, a Diplomática, ciência afim da Filologia, concentra-se no estudo formal do documento diplomático, considerado individualmente, e no estudo de suas relações com o contexto orgânico de sua produção.

A tipologia “Carta Régia” segue a nomenclatura adotada por Bellotto (2002): trata-se de um documento diplomático, dispositivo normativo, descendente, uma ordem real, dirigida a uma determinada autoridade ou pessoa e iniciada pelo nome dela. É

expedida imediatamente pelo soberano e por ele assinada como Rei (Rainha ou Príncipe Regente, se for o caso) ou por algum de seus representantes legais. Compõem-se da seguinte maneira: Protocolo inicial: “Fulano, Eu, El-Rei vos envio muito saudar” ou então, “Fulano, amigo, Eu El-Rei vos envio muito saudar.” Texto: comporta o objeto, a razão de ser da carta régia. Protocolo final: a subscrição: Rei (ou Rainha ou Príncipe Regente).

Os documentos editados apresentam a estrutura formal acima descrita. Como exemplo, a seguir, encontra-se a estrutura da transcrição da Carta 1:

Protocolo Inicial:

Dom Luis Antonio deSouza Botelho Mouraõ Governador eCapitaõ General daCapitania deSaõPaulo Amigo EU ELREY vos invio muitoSaudar: [direção, titulação, notificação]

Texto:

Atendendo aos Servicos queManoel JozedaNobrega Botelho fes no Posto deCapitaõ deExtincto Regimento dos Voluntarios Reaes: Hey porbem nomealoSargento MordeInfantaria daLegiaõdePaulistas, Sargentos,e Caçadores, que mandolevantar nessaCapitaniade Saõ Paulo:

[exposição]

EvosOrdenoqueelhe mandeis sentar Praça dar posse, epagar osSoldos correspondentes ao referidoPosto, sem embargo de que naõaprezente aPactente naforma ordinaria. Oquetudo executareis naõ obstantes quaes querLeys Regimentos ou Disposiçoens queSejaõ em contrario. [dispositivo]

Protocolo final:

Escrita no Palacio deNossaSenhoradaAjuda [data tónica]

emdes deSetembrede mil sete centos Setenta equatro. [data cronológica]

Rey [subscrição]

com Guar= a Para Dom Luis AntoniodeSouza. [precação]

Dom Luis AntoniodeSouza [precação]

Conclusão

Diante dos dois documentos transcritos, pode-se afirmar que há vastas possibilidades de estudos, tendo sido a análise diplomática apenas um exemplo. É possível desenvolverem-se análises ligadas à Paleografia, com o estudo aprofundado da escrita dos manuscritos; à Codicologia, considerando a organização e características do livro manuscrito; à Lingüística Histórica, com o levantamento de pontos gramaticais interessantes e à própria História, com abordagem dos tópicos discutidos pelo autor. Tais possibilidades existem por serem essas cartas manuscritas da segunda metade do século XVIII, remetidas de Portugal ao Brasil, fontes confiáveis para o aprofundamento de conhecimentos lingüísticos e históricos.

Desta maneira, as transcrições apresentadas foram realizadas no intuito de promover a análise de possíveis dados lingüísticos e culturais presentes no texto, a fim de reforçarem-se os princípios da Filologia, que é a ciência da palavra em relação às línguas e aos fatos dos povos.

Referências bibliográficas

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: UFBA, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1994.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. Alameda Casa Editorial. 2ª ed. São Paulo. 2007.
- _____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo*. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2002.
- CAMBRAIA, César Nardelli. CUNHA, Antônio Geraldo da. MEGALE, Heitor. *A Carta de Pero Vaz de Caminha, Série Diachronica 1*, Humanitas, São Paulo, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica (uma introdução ao estudo da história da língua)*. Editora Ática. São Paulo. 1991. pp. 9 - 86.
- HIGNOUNET, Charles. *História Concisa da Escrita*. Parábola Editora. SP. 2003. p. 165 – 169.
- SALGADO, Graça (Coordenação). *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial*. Arquivo Nacional. Editora Nova Fronteira. 2ª Edição. 1985 – RJ.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Estruturas trecentistas; elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa. 1989. (p. 15-14; 148-151; 212-231; 838-859)